

historia: fronteiras



Vol. I

Eunice Nodari
Joana Maria Pedro
Zilda M. Gricoli Iokoi
(organizadoras)



Volume I

História: Fronteiras

XX Simpósio Nacional da ANPUH

Florianópolis-SC

Julho de 1999

ANPUH

Humanitas
FFLCH/USP

1999

A SEDUÇÃO AMERICANA: OLIVEIRA LIMA E O PAN-AMERICANISMO*

Teresa Malatian
UNESP - Franca

Este texto tem por objetivo discutir alguns aspectos da obra de Manoel de Oliveira Lima (1867-1928), historiador e diplomata brasileiro tanto em termos das propostas que apresentou aos problemas de sua contemporaneidade, como dos limites de suas reflexões ligados às fronteiras do conhecimento histórico e aos compromissos colocados por suas opções políticas. Trata-se assim de verificar, em sua obra, a construção dos conceitos de Nação e de Estado, os diálogos que estabeleceu e a repercussão que alcançou. A atualidade do eixo temático proposto decorre da longa permanência das obras referidas no debate historiográfico, recentemente revigorada pela reedição de alguns títulos, movimento editorial que recoloca em questão a atualidade dessa produção.

Neste trabalho pretende-se abordar a primeira fase das reflexões desse autor acerca da Nação e do Estado republicano em sua inserção no contexto latino-americano, tendo como referência as relações mantidas entre Brasil e Estados Unidos na virada do século XIX para o XX. Trata-se de explorar as fronteiras colocadas pelo ofício de diplomata ao ofício de historiador, na fase monroísta do autor, que antecedeu sua crítica radical ao pan-americanismo rooseveltiano.

O campo de estudos de história diplomática construído por Oliveira Lima legitimou-se pela afinidade temática com novos rumos da política externa brasileira delineados a partir da República. Nesse sentido, *Sept ans de République au Brésil* (1896), *Nos Estados Unidos* (1899), *O reconhecimento do Império* (1901) e *No Japão* (1903) constituem referências pouco conhecidas para a compreensão da fase monroísta do autor, que antecedeu sua

crítica radical ao pan-americanismo. Nelas expressou também o acatamento aos parâmetros da historiografia nacionalista proposta pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e que teve como um de seus direcionamentos as relações com os países hegemônicos com os quais o Brasil manteve relações políticas significativas desde a Independência, bem como a demarcação de fronteiras. Essas obras apresentam um deslocamento de seus interesses da história de Pernambuco e da história da literatura, tendo como referência sua vinculação ao Ministério das Relações Exteriores que dele solicitava legitimação do Estado republicano. Para essa mudança foram decisivas sua designação para a Legação do Brasil em Washington, bem como a permanência em Londres, onde se manteve moderado, porém diretamente envolvido nas negociações lindeiras, e mais alerta para as questões das relações entre o Brasil e as potências européias.

Em Washington, Oliveira Lima ocupou o posto de Secretário de Legação (1896-1900), num momento em que as relações entre o Brasil e os Estados Unidos passavam por profunda reformulação direcionada para uma aliança. A diplomacia brasileira voltava-se para a busca de fomento à exportação de produtos agrícolas de modo a atender os interesses da classe dominante, estabelecendo assim do ponto de vista econômico relações harmoniosas entre a política interna e a política externa, no contexto de expansão imperialista e de emergência dos Estados Unidos como nova potência mundial. No final do século XIX, houve uma intensificação de grandes decisões da política externa norte-americana que inauguraram uma diretriz expansionista cuja retaguarda ideológica consistiu na recuperação e atualização da Doutrina Monroe.

Essa declaração, datada de 1823, exerceu decisiva influência na diplomacia norte-americana na medida em que explicitou intenção dos Estados Unidos de se posicionarem contra quaisquer tentativas das potências européias - empenhadas em reação antiliberal - de ingerência sobre as nações americanas. A mensagem presidencial baseava-se na concepção de dois mundos distintos, o Novo e o Velho, e pretendia garantir a independência americana. Esquecida durante décadas, foi reativada nos

anos finais do século XIX quando os Estados Unidos se lançaram na Guerra Hispano-Americana, na conquista de Porto Rico, e se fizeram também presentes no Oriente, com a ocupação das Filipinas e do Havaí. Essa ampliação do campo de ação da política externa norte-americana coincidiu com o crescente desenvolvimento do capitalismo industrial nesse país que demandava a busca de amplos mercados consumidores e fornecedores, além de gerar crescente exportação de capitais. Tal expansão comercial e financeira direcionou-se para a América Latina inicialmente, ao mesmo tempo em que ocorriam conflitos de interesses entre os Estados Unidos e o Império Alemão no contexto das disputas inter-imperialistas.

No que se refere ao Brasil, as relações com os Estados Unidos desde a proclamação da República direcionavam-se para um padrão amistoso, inclusive pela admiração que as instituições políticas daquele país aqui despertavam, ao ponto de a primeira constituição republicana ter sido nelas inspirada. A essa visão dos Estados Unidos como modelo para o Brasil, dominante apesar de não unânime, correspondiam relações diplomáticas cordiais que se direcionavam para uma “americanização” da República, ou seja, para o deslocamento do eixo político de Londres para Washington, apesar de não se poder dizer que houvesse um projeto definido para a política externa brasileira. A aproximação entre Brasil e Estados Unidos foi uma constante desde o reconhecimento da República, no sentido de um entendimento que garantisse as instituições republicanas. A esses interesses, que se podem chamar de estratégicos, agregaram-se os motivos econômicos que se sobrepuseram a eles e visaram garantir mercados para a agro-exportação brasileira¹.

A primeira publicação de Oliveira Lima sobre as relações Brasil-Estados Unidos foi uma colaboração de 1896 na *Nouvelle Revue* de Paris, hoje pouco conhecida, o inventário dos *Sept Ans de République au Brésil*. Trata-se de dois artigos reunidos posteriormente em opúsculo e que constituem, em seu sentido prático, uma história de uso diplomático do início da República, por se destinar a informar e a construir uma imagem positiva do Brasil no exterior, criando assim maior receptividade ao regime

tanto do ponto de vista político como do ponto de vista econômico. Texto de combate, abordou os períodos da difícil transição do Império à República, do Governo Provisório e do governo de Prudente de Moraes. Pode-se perceber neles a repercussão da Revolta da Armada e da Revolução Federalista, bem como os acontecimentos do período em que esteve no Rio de Janeiro, durante o primeiro governo civil, que ainda confrontava a resistência jacobina.

A referência que norteou a elaboração da obra em análise foi a reação ao direcionamento da diplomacia brasileira, fornecida sobretudo por Eduardo Prado em sua crítica à ditadura militar no Brasil². Ali também estava em questão o monroísmo, que seria poucos anos depois reafirmado pelo presidente Roosevelt. Tratava-se não apenas de julgar a conveniência de tal aliança, que desde o início despertou insatisfação na América Hispânica, mas também de especular sobre os perigos que poderiam resultar dessa proximidade. Dialogava com Eduardo Prado e sua polêmica obra em que o discurso monarquista enveredara pela crítica dos Estados Unidos, para desqualificar o modelo em que a República se inspirava e denunciar a intervenção norte-americana por ocasião da Revolta da Armada. A crise da República não atingira ainda as convicções de Oliveira Lima, que se mantinha admirador dos Estados Unidos, enquanto modelo inatingível em sua democracia representativa, daí seu empenho em contradizer Eduardo Prado como demagogo. Os monarquistas inclinavam-se à manutenção da aliança com o capital inglês e, conseqüentemente, à crítica radical não apenas ao monroísmo mas também à aproximação com os Estados Unidos, sobretudo porque ela resultara na intervenção que favorecera o governo em 1893, no Rio de Janeiro, contra a Armada rebelada. Para responder a essas críticas, Oliveira Lima adotou posição nacionalista, exceto quando em perigo a legalidade republicana; por essa razão, defendeu a intervenção estrangeira em favor do governo de Floriano Peixoto.

Sustentava então a posição monroísta que manteria por alguns anos, em consonância com a orientação da política externa brasileira, pois criticara também nesses artigos os avanços europeus no Brasil: da Inglaterra na ilha de Trindade e da França no

Amapá. Logo a seguir, iniciou a explicitação de seu apoio explícito à política norte-americana na obra que escreveu como “impressões políticas e sociais”, publicada em 1899. Em *Nos Estados Unidos*³, reuniu artigos publicados na *Revista Brasileira* e no *Jornal do Comércio* (1896-1898). A acolhida favorável da obra nos Estados Unidos confirmou uma posição de não confronto com a política externa norteadada pelo monroísmo e seu caráter pragmático foi evidenciado na intenção do autor de elucidar se os Estados Unidos deveriam ser admirados enquanto modelo. Sua resposta afirmativa a respeito desse país expressava seu deslumbramento e o impacto causado pelo contato com a sociedade norte-americana. O motivo mais forte da admiração de Oliveira Lima foi a percepção do dinamismo norte-americano, de sua marcha ascendente em termos de riqueza material, que confirmava os Estados Unidos como potência emergente. Não logrou deixar de comparar Brasil e Estados Unidos para concluir pela desvantagem do primeiro em todos os aspectos que analisou, políticos, sociais, econômicos e culturais.

A obra é paradigmática da concepção evolucionista da história de Oliveira Lima baseada na aceitação do pressuposto da superioridade do mundo anglo-saxão em relação ao mundo ibérico, aqui identificado como “trópicos”, onde o escritor não encontrava condições geográficas nem raciais para que as nações alcançassem semelhante grau de evolução. Nessa obra emerge portanto sua concepção acerca da nação brasileira como resultado da mestiçagem de raças inferiores e de um processo de colonização marcado pela “estupidez e prepotência” de portugueses apegados à religião conservadora e ao lucro predatório. Não é o elogio dessa colonização que emerge da análise comparativa com o mesmo processo ocorrido nos Estados Unidos e, no entanto, a ela o autor se reporta para afirmar a importância da herança cultural portuguesa para a manutenção da unidade nacional. O Estado teria a função de organizar essa nação mestiça e manter-lhe a unidade, tarefa dificultada pelo descompasso entre o “figurino político” republicano, importado dos Estados Unidos, e o povo amorfo, atrasado, carente de educação e de consciência de cidadania. Defendeu portanto o fortalecimento

da União para evitar a fragmentação da unidade nacional pela aplicação artificial do federalismo, incapaz de se sobrepor ao poder local e à sua ação desagregadora. Já anunciava nessa crítica a dicotomia entre país real e país legal que principiava a aparecer entre os críticos da República.

Aceitando a necessidade de branqueamento da nação para corrigir a excessiva mestiçagem estabelecida pelos portugueses e frear o alastramento de raças inferiores (como Nina Rodrigues aconselhava), sobretudo o negro, já que os indígenas estavam dizimados, refugiados em reservas ou diluídos na população, Oliveira Lima propunha duas soluções: a imigração européia controlada e uma relação subordinada, de direção ou fiscalização, pelos anglo-saxões, ou seja, os norte-americanos, raça superior dada a implantação bem sucedida da democracia e o desenvolvimento da ciência e da educação.

A partir dessa concepção da nação e da identidade nacional, aceitou a divisão do mundo entre potências dominantes e regiões dominadas, inserindo-se assim plenamente no universo ideológico do imperialismo. América Latina e América Inglesa seriam mundos diversos e complementares, cabendo aos Estados Unidos o papel preeminente de fornecedores de produtos industrializados em troca de matérias-primas. Tida como natural, essa relação foi considerada por Oliveira Lima necessária para que os países atrasados pudessem alcançar algum progresso a partir do contato com o mundo avançado que lhes forneceria os modelos da civilização. Nos Estados Unidos encontrou respostas para questões que permaneciam insolúveis no Brasil: a imigração controlada e branqueadora para resolução da mestiçagem, a política externa audaciosa e afirmativa para afirmação da soberania, a concessão de direitos civis porém não políticos aos negros para integrá-los à sociedade após a abolição, a elevação da mulher à melhor posição do que aquela ocupada na sociedade brasileira, e sobretudo o modelo de uma democracia representativa com real exercício da cidadania.

Em consequência, aceitava como legítima a política imperialista dos Estados Unidos, identificada por ele também como política colonial e claramente percebida como intervencionista,

seja na América Latina, seja no Oriente, porém justificada com base nos argumentos acima e na aceitação de uma lei natural inspirada no darwinismo social, de que os mais fortes tendem a se expandirem e a dominarem os mais fracos, cabendo a estes, no caso países latino-americanos, fortalecerem-se, “tratar da prosperidade nacional”, pois as anexações “espreitam sempre os países fracos, gastos e corrompidos”, os organismos sociais decadentes e incapazes de progredir, sendo “a eterna condição das nações fortes fazerem-se conquistadoras”.

Seduzido pelo discurso imperialista norte-americano, Oliveira Lima revelou-se nesta obra, pouco citada pelos seus analistas, de inteiro acordo com a tendência da política exterior brasileira acima apontada, encontrando vazão para sua leitura evolucionista da história canalizada para a interpretação da doutrina Monroe. Nesse contexto, reconheceu a posição preponderante dos Estados Unidos no continente americano como decorrência do seu progresso material e cultural e defendeu o monroísmo no sentido que lhe parecia ainda fiel ao seu propósito anunciado em 1823, qual seja a intenção de colocar a América sob a proteção dos Estados Unidos contra a ingerência européia.

Influenciado pelas relações amistosas entre os dois países, que haviam passado pela arbitragem norte-americana favorável ao Brasil na questão do território das Missões (1895), Oliveira Lima legitimava essa política que encontrava reação sobretudo de monarquistas. Viveu ali parte do segundo governo Cleveland (1893-1897) e do governo Mc Kinley (1897-1901) quando se concretizou a aplicação da Doutrina Monroe em sua versão atualizada, de contraponto ao imperialismo europeu na América⁴. A todas essas investidas, Oliveira Lima deu seu aval, reproduzindo as atitudes do governo brasileiro, o único da América Latina que, alegando assumir posição de “neutralidade”, demonstrou simpatia pelos Estados Unidos e chegou a ceder-lhes navios durante a Guerra Hispano-Americana.

A posição dominante no discurso oficial brasileiro em relação à segunda hipótese era a de apregoar a impossibilidade de que o Brasil viesse um dia a ser também alvo de uma intervenção. Não corríamos riscos, era a voz do Ministério das Relações

Exteriores. Assim, Oliveira Lima, embora detectasse o nascente “apetite imperialista” dos Estados Unidos como parte de um contínuo processo de expansão que manifestava interesse por mercados, afirmava que essa política atendia a razões defensivas e não abrigava intenções de conquista territorial por si mesma. Respondendo às objeções das repúblicas vizinhas, insistia na tese de que os Estados Unidos não utilizariam a Doutrina Monroe em todas as questões diplomáticas nem assumiriam “um protetorado virtual sobre o continente”, a menos que solicitados, como ocorrera com a intervenção na Venezuela contra a ingerência germânica. Essa previsão otimista das perspectivas inofensivas para o Brasil da política norte-americana estava baseada numa concepção genérica do pan-americanismo de inspiração bolivariana como defesa da solidariedade americana em questões comerciais e de arbitramento.

Afirmou enfaticamente a improbabilidade de uma intervenção dos Estados Unidos no Brasil, dado serem os interesses dos dois países complementares do ponto de vista econômico, defendendo a vocação agrária do Brasil e assim fazendo-se porta-voz dos interesses da oligarquia agro-exportadora. A tradição de relações cordiais, a ausência de questões conflituosas, os interesses comerciais complementares, a posição privilegiada do Brasil como primeira potência da América do Sul foram os argumentos evocados para conjurar tal ameaça. Para completar, acenava com as possibilidades não apenas de mercado consumidor, mas também de investidores que os Estados Unidos poderiam oferecer - e já estavam oferecendo como compradores de café, produto de que haviam se tornado o principal consumidor mundial. Bastava para isso que houvesse aqui garantia de paz e de remuneração dos investimentos. Fazia, no entanto, restrições ao *sugar trust* por estar em jogo o mercado do açúcar pernambucano, para o qual reivindicava os benefícios da livre-concorrência, manifestando assim sua única discordância acerca das relações Brasil-Estados Unidos.

Contraditório em diversas passagens, o discurso de Oliveira Lima por vezes revelou indecisão e indefinição diante da complexidade das questões com que se defrontava, sobretudo a reação

da América Hispânica ao monroísmo e as posições divergentes no Brasil acerca das relações com os Estados Unidos. O que parece certo é ter distinguido claramente nas intervenções realizadas naquele momento em nome do monroísmo um marco da expansão imperialista dos Estados Unidos, comparada a igual procedimento das potências européias com as quais aquele país competia no Extremo Oriente e onde procurava, no seu entender, estabelecer “um mundo americano ou debaixo do protetorado americano, em frente do continente europeu”.

Na obra *O Reconhecimento do Império*⁵, escrita no contexto das negociações da fronteira do Brasil com a Guiana Inglesa, assumiu posição nacionalista francamente anti-britânica, denunciando ao Ministério das Relações Exteriores as intenções colonialistas e o “ideal de dominação” dos ingleses na África do Sul e na América. Na verdade, manifestava coerência com a adesão ao monroísmo que vinha externando desde sua permanência nos Estados Unidos, e endossava a tese do perigo que rondava as nações americanas diante do imperialismo europeu.

No conjunto da obra, direcionada para a análise do momento de fundação da nação brasileira, houve uma adesão ao monroísmo como doutrina, porém, essa convicção parecia já abalada quanto à atuação dos Estados Unidos. Oliveira Lima acabou afirmando que não havia muita diferença entre um protetorado inglês e um norte-americano pois ambas as potências se interessavam pela conquista comercial e “moral” das nações surgidas dos fragmentos do império colonial ibérico. Esse lampejo de crítica nacionalista, inspirada tanto pela sua permanência em Londres, onde acompanhou as negociações de fronteira e do *funding loan*, quanto pela análise da política externa norte-americana, logo, porém foi abafado na narrativa, que se manteve sintonizada com as diretrizes da política externa brasileira.

A explicitação da adesão ao monroísmo seria ainda realizada na obra *No Japão*⁶, escrita quando ocupou em Tóquio o posto de encarregado de negócios do Brasil (1901-1903). Nela, a análise teve como referência a hegemonia japonesa na Ásia e apontou com acuidade o expansionismo japonês como indício do despontar de uma nova potência e com lugar destacado entre as que

já detinham a hegemonia no jogo imperialista. A simpatia de Oliveira Lima pela expansão japonesa, que de certo modo contrabalançava os avanços das potências européias no oriente, indicava que o autor se encontrava ainda vinculado ao monroísmo, que o fazia exaltar a intervenção norte-americana em defesa dos interesses japoneses contra as potências européias.

Apesar desse posicionamento pró-americano, entretanto, algo já começara a mudar no pensamento de Oliveira Lima, que externou uma certa restrição à ocupação norte-americana das Filipinas. Admirador de Roosevelt, o autor não chegou no entanto a explicitar a participação dos Estados Unidos no processo de abertura do Japão ao ocidente, no final do século XIX. Prevalencia ainda o louvor a essa política pois o desvendar do imperialismo norte-americano, expresso no pan-americanismo, foi lentamente gestado na obra de Oliveira Lima e só se revelaria plenamente alguns anos depois, quando se tornou crítico da política externa brasileira, evidenciando a união realizada pelo autor entre os ofícios de diplomata e de historiador.

422

As posições assumidas por Oliveira Lima nas obras em análise evidenciaram a preocupação com a identidade nacional e os contornos geográficos da nação que direcionavam os estudos de história diplomática em seus propósitos de atender aos interesses do Estado republicano, de justificar suas pretensões e de legitimar suas ações. Nesse sentido, o Itamaraty constituiu-se em matriz articuladora de uma historiografia estreitamente vinculada ao Estado, a qual orientava e justificava a ação diplomática. No âmbito das relações exteriores, a história assim construída interpretou a constituição do novo regime, sua inserção no mundo americano e suas relações com as potências imperialistas, privilegiando o Estado como principal sujeito histórico. Esses foram alguns dos limites – ou fronteiras – do conhecimento histórico assim produzido, voltado para a construção da identidade nacional, que depositava no Estado a esperança de moldar a nação e conferia aos Estados Unidos a atribuição de contribuir para a sua “civilização”.

NOTAS

* Pesquisa realizada com apoio do CNPq e FUNDUNESP.

¹ BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior*. São Paulo, UNESP, IPRI, 1995.

² *Fastos da ditadura militar no Brasil* foi publicada em 1889-90 e *A ilusão americana* em 1893.

³ LIMA, M. de Oliveira. *Nos Estados Unidos: impressões políticas e sociais*. Leipzig, Brockhaus, 1899.

⁴ FONSECA, Junior, G., CASTRO, S.H.N. (org.). *Temas de política externa brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

⁵ LIMA, M. de Oliveira. *História diplomática do Brasil: O Reconhecimento do Império*. Paris/Rio de Janeiro, Garnier, 1901.

⁶ LIMA, M. de Oliveira. *No Japão, impressões da terra e da gente*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1903.